

1 **ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**
2 **ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE MANAUS**

3
4 Aos nove dias do mês de novembro de ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e dezoito
5 minutos, no Plenário Adriano Jorge, na Câmara Municipal de Manaus - CMM, localizada à
6 Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850, São Raimundo, foi realizada a presente
7 Audiência Pública, em conformidade com a Convocação publicada no Diário Oficial do
8 Município de Manaus, no dia nove de outubro de dois mil e quinze, para tratar da
9 Atualização do Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos. Inicialmente, o Presidente da
10 Comissão de Serviços Públicos e Líder do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Manaus na
11 CMM, Vereador Elias Emanuel, anunciou os membros para composição da mesa:
12 Excelentíssimo Senhor Paulo Ricardo Rocha Farias (Secretário da SEMULSP), Doutor
13 Robson Mateus (representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amazonas -
14 OAB/AM), Senhora Maria do Carmo (Gerente do IPAAM), Senhora Anete Marques
15 (representante do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM), Senhora Irineide
16 Lima (Presidente do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis -
17 Amazonas), Marcellus Campelo (Coordenador da Unidade Gestora de Projetos Especiais -
18 UGPE), Dra. Alzira Melo (Procuradora do Trabalho – MPT), Senhor Raul Lima
19 (Coordenador da Catamazônia), Alfa Martins (representante da Cáritas – Arquidiocese)
20 Ataliba Davi Antônio Filho (vice-presidente da Associação Comercial do Amazonas –
21 ACA), registrando também a presença dos Vereadores Everaldo Farias e Waldemir José. Em
22 seguida, foi realizada a leitura da convocação para a audiência. Posteriormente, com a
23 palavra, o Secretário de Limpeza Urbana cumprimentou as autoridades e demais presentes,
24 iniciando as considerações sobre a importância da atualização do Plano Diretor de Resíduos
25 Sólidos, obedecendo à legislação atual. Ressaltou que minuta do plano ficará disponível por
26 trinta dias na *Internet* com a possibilidade de contribuições através de *e-mail* e entrega no
27 protocolo na própria Secretaria. Informou que o conteúdo do plano é dividido em dezenove
28 tópicos conforme as proposições legais, todos apresentados através de *slides* em audiência,
29 explanando os aspectos mais relevantes, sendo eles: 1) Diagnóstico da Situação dos
30 Resíduos Sólidos e seus Marcos Legais; 2) Áreas para Disposição Final, com explanação
31 das características do Aterro Municipal; 3) Possibilidades de soluções consorciadas, as quais
32 podem viabilizar a coleta seletiva nos demais municípios da região; 4) Geradores sujeitos a
33 plano de gerenciamento específico (Lei Municipal 001/2010, art. 133 e Lei 12.305/2010, art.
34 20), que abre o mercado para os grupos de Catadores para expansão das atividades; 5)
35 Procedimentos operacionais (coleta regular e alternativa para coleta programada e Postos de
36 Entrega Voluntária – PEVs), pontuando a intenção da SEMULSP em contratar os Catadores
37 de materiais recicláveis e reutilizáveis pelos serviços prestados na coleta seletiva e
38 orientação no entorno dos pontos, incluindo a importância de serviços distintos executados
39 pela Secretaria, como os “Garis da Alegria” com trabalhos de conscientização, fiscais de
40 pontos e “disque limpeza”; 6) Indicadores de desempenho operacional; 7) Regras para o

41 transporte e outras etapas de gerenciamento, com a criação de sistema de gerenciamento da
42 coleta, transporte, tratamento, reutilização, reciclagem e disposição final de resíduos,
43 movimentados por agentes públicos e privados; 8) definição das responsabilidades dos
44 geradores de resíduos; 9) Programas e ações de capacitação técnica incluindo apoio e
45 fomento de capacitação para associações e cooperativas de Catadores ligadas aos acordos
46 setoriais de Logística Reversa; 10) Programas e ações de educação ambiental que deverão
47 incentivar a não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos gerados em
48 Manaus, destacando-se os processos de contratação das associações e cooperativas de
49 Catadores para atuação na coleta seletiva, em que seu papel como agente de informação da
50 população deverá ser reconhecido e remunerado; 11) Programas e ações para cooperativas e
51 associação de Catadores listando o apoio prestado pela SEMULSP a estas entidades, e
52 apresentando proposta para ampliação da coleta seletiva, atribuindo aos galpões a função de
53 PEV's e rota de coleta seletiva no entorno dos galpões; 12) Mecanismos para criação de
54 fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos; 13) Sistema de
55 cálculo de custos; 14) Metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem,
56 demonstrando projeção de tendências estatísticas baseadas em séries históricas na cidade de
57 Manaus (2005 a 2015) de crescimento da coleta seletiva e de resíduos; 15) Participação do
58 Poder Público na Logística Reversa; 16) Controle e Fiscalização; 17) Ações preventivas e
59 corretivas; 18) Identificação de passivos ambientais; 19) Periodicidade da sua revisão. O
60 Secretário informou novamente que a SEMULSP deixará durante trinta dias o arquivo do
61 PMGIRS, que pode ser acessado por meio de *link* no endereço
62 <http://semulsp.manaus.am.gov.br> e as sugestões poderão ser encaminhadas ao *e-mail*
63 sugestoespmgirs@pmm.am.gov.br ou serem entregues no protocolo da SEMULSP.
64 Finalizada a apresentação, o Vereador Waldemir José usou a palavra para solicitar cópia da
65 apresentação para análise posterior e questionou acerca do requerimento de audiência que
66 teria como pauta os Catadores. Em resposta, o presidente da Comissão informou que a
67 questão do requerimento seria específica sobre Catadores, podendo ser discutida
68 posteriormente a esta audiência pública. O Secretário Paulo Farias explanou sobre a situação
69 da contratação dos Catadores, adicionando que o pagamento será da seguinte forma: por
70 preço unitário e pelos serviços de coleta prestados, com base em planilha elaborada pelo
71 TCE-AM, dentre outras informações. Franqueada a palavra à Senhora Irineide Lima, a
72 Doutora Alzira Melo apresentou objeção, solicitando tempo maior para explanações por
73 parte dos representantes dos Catadores, tendo em vista que o assunto trata de interesse
74 também dos mesmos, já que a Prefeitura de Manaus teve cerca de duas horas para suas
75 explanações, sendo o pleito prontamente atendido. A Senhora Irineide prosseguiu fazendo a
76 leitura de documento encaminhado ao Excelentíssimo Prefeito de Manaus. Após, com a
77 palavra Senhor Raul Lima (Coordenador da Catamazônia) informou que existem dois
78 grupos, sendo um excluído, e que este último deve ser incluído nas discussões da atualização
79 do Plano de Resíduos, pleiteando seu reconhecimento e direitos igualitários e afirmando que
80 eles não têm sido atendidos inclusive pelo MPT. Em réplica, a Doutora Alzira Melo
81 informou que os recebeu e discutiu a problemática com todos, sempre abrindo portas para
82 escutar a categoria, sem distinções de tratamento entre uma categoria ou outra. A Senhora

83 Irineide em resposta a Sr. Raul, disse que não existe exclusão, mas sim democracia e
84 escolhas, devendo haver mútuo respeito. Solicitou registro em ata onde convidou para
85 reunião a Catamazônia, que terá como pauta as discussões levantadas em audiência. Passada
86 a palavra para a representante da Cáritas, Senhora Alfa Martins, ela informa que desde 2001
87 os catadores estão unidos na luta por seus direitos num processo de solidariedade como uma
88 forma, também, de captação de renda. A arquidiocese de Manaus se manifestou, ainda,
89 contra a privatização da catação. Por questão de ordem, o Presidente da Comissão pede para
90 que os membros da mesa finalizem suas explanações para posterior manifestação dos
91 interessados em réplicas. Novamente com a palavra, o Secretário Paulo Farias disse que a
92 intenção é receber propostas que acrescentem à cidade e ao plano em discussão, e que a
93 Secretaria está à disposição. Ataliba Davi Antônio Filho, vice-presidente da ACA, teceu
94 comentários elogiosos ao trabalho operacional que vem sendo realizado pela SEMULSP,
95 principalmente no Centro de Manaus, externou preocupação com a sustentabilidade das
96 ações, considerando-as ecologicamente corretas, economicamente e culturalmente viáveis, e
97 que a questão social deveria ser voltada ao empreendedorismo, observa certa urgência
98 apenas na questão de compostagem, solicitando posição do Secretário Paulo Farias. Com a
99 palavra e os devidos cumprimentos, Doutora Alzira Melo do MPT salientou que não foi
100 assegurada a efetiva participação da população na atualização do plano, que os estudos,
101 minutas e demais documentos não foram disponibilizados para correta discussão por parte
102 da sociedade civil e que os mecanismos de contribuições como *e-mail* e protocolo sugeriram
103 que os custos das propostas poderiam não caber no orçamento municipal. Leu ainda ata
104 anterior que tratou da impugnação da Parceria Público-Privada de Resíduos. Seguiu com
105 amostragem de vídeo sobre o trabalho dos Catadores dentro dos galpões. Novamente o
106 Presidente da Comissão informa à Doutora Alzira Melo que este é o marco zero da
107 atualização, que a Câmara realizará várias audiências com a participação da população
108 seguindo o processo legislativo regular. Com a palavra, o Vereador Bibiano explanou que a
109 temática exige o protagonismo dos Catadores, que todos entendem que os desdobramentos
110 do Plano atingirão a todos os municípios. Faz observações aos pontos levantados na
111 atualização do Plano, destacando ainda a atuação do MPT neste processo de discussão junto
112 à CMM. O Vereador Waldemir José, com a palavra, fala sobre o trabalho dos Catadores,
113 informando que não são reconhecidos pelo Poder Público, demonstrando com imagens da
114 coleta seletiva realizada principalmente em igarapés. Com a palavra, Vereador Everaldo
115 Farias informa da necessidade de discutir os temas um a um publicamente, por ser um
116 assunto extenso e por envolver outras instituições. Que não conhece a metodologia a ser
117 usada após os trinta dias do recebimento das propostas. Solicita acesso às propostas
118 encaminhadas pela população para subsídio nas discussões na CMM. O Presidente da
119 Comissão aproveita o ensejo para registrar a sua indignação pela ausência de logística
120 reversa dos produtos, passando a total responsabilidade ao Poder Público. Com a palavra, o
121 Secretário de Limpeza Urbana salientou que este é o marco zero do projeto, que todos os
122 protagonistas estão presentes, solicitou o efetivo avanço das discussões, ressaltando que o
123 lixo não é um problema somente do município como se propõe nas discussões em Brasília,
124 mas sim do consumo. Afirmou ainda, que tudo que for sugerido será compilado e seguirá

125 tramitação normal. Sobre a PPP, informou que o processo é de 2012 e que o ato que
126 encerrou o procedimento foi assinado e finalizado por ele mesmo e convida a todos a
127 analisarem o processo em seu inteiro teor. Reiterou a participação da sociedade civil na
128 atualização do Plano Diretor de Resíduos de Manaus. Outras discussões foram inseridas pelo
129 Vereador Waldemir José e Secretário de Limpeza Urbana. A Senhora Cleitiane,
130 representante da entidade Lixo e Cidadania, questiona porque não foi mostrado os Catadores
131 fora dos galpões pela Doutora Alzira Melo, e aproveita o ensejo para explicar sobre o
132 projeto desenvolvido pela entidade. Marcela Vieira, do INSEA, sugere à CMM que se
133 permita outra audiência para que as duas redes de Catadores discutam em plenária e que seja
134 registrada em ata, juntamente com a sociedade civil. Informa que precisa da participação dos
135 Catadores na elaboração do plano. Doutora Alzira Melo, informa que conhecerá o Projeto da
136 entidade Lixo e Cidadania, e que demonstrou somente os galpões para mostrar que apoio
137 prestado pela Prefeitura é insuficiente. Faz considerações quanto à PPP, que o cancelamento
138 se deu em razão do cancelamento da PPP pelo Comitê Gestor do Programa de Parcerias
139 Público-Privadas – CGP/Manaus. Quanto à ampliação do debate, pede os estudos realizados
140 para a atualização, que seja disponibilizado o plano para o público para posterior discussão
141 em audiência. Novamente com a palavra, Doutora Alzira Melo informa que o vídeo
142 apresentado não foi feito para priorizar qualquer Catador, mas tão somente demonstrar que o
143 apoio dado pela Prefeitura é insuficiente. Pontuou ainda duas colocações: a primeira que o
144 encerramento da PPP foi de fato assinalada pelo Secretário Paulo Farias por determinação
145 CGP/Manaus, e a segunda que o MPT espera que sejam apresentados estudos para
146 equalização das discussões para posterior audiência com diálogo qualificado. Com a palavra,
147 o representante da OAB/AM informou que o debate necessita de outras audiências e que a
148 OAB/AM vai manifestar-se em momento oportuno. Por último, Alfa Martins, da Cáritas -
149 Arquidiocese acrescentou que deve ser dada relevância a pessoa do Catador como agente
150 ambiental e que a Arquidiocese preza pela dignidade da pessoa humana, pela saúde e
151 qualidade de vida. Após a manifestação dos presentes a audiência foi encerrada pelo
152 Presidente dos trabalhos, Vereador Elias Emanuel, às dezessete horas e cinquenta e quatro
153 minutos. Nada mais havendo a tratar, nós, Caroline Neitzel Kuck e Karine Nunes Lima,
154 lavramos a presente ata que será assinada pela Autoridade competente e, após aprovada,
155 encaminhada para a publicação, tendo como anexo lista com nome e assinatura de todos os
156 presentes.